

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 1 abril 1981

*Conselho
internacional
de arquivos*

*Relatório
e prestação de
contas da AAB*

70370 Clas. PER
Arquivo & Administração
n. 1
/abr. 1981

00
00000

R-40340

Eis que de repente, terminamos o mandato. Foram dois anos de muita luta, ideal e força de vontade, mas, felizmente, valiosos passos foram dados na longa e às vezes áspera caminhada.

Esperávamos mais, mas em todas as trilhas existem obstáculos. Alguns conseguimos transpor, outros ficaram no caminho que será traçado por nossos sucessores.

O 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, com cerca de 700 participantes, foi o ponto alto de 1979. Inscreveram-se inúmeros arquivistas e profissionais da área de Documentação e Informação e participaram representantes de arquivos de todos os Estados, inclusive um Território. O êxito do evento foi o resultado da dedicação de um grupo à tarefa constante e meticulosa da programação em seus mínimos detalhes.

Outro excelente trabalho foi a publicação dos Anais dos 1º e 3º Congressos de Arquivologia. A seus realizadores, os aplausos e agradecimento. Também já podemos anunciar a conclusão da primeira fase dos Anais do 4º CBA.

Com o DASP demos um passo à frente para a conquista definitiva da criação dos cargos de arquivista e de técnico de Arquivo no Serviço Público Federal. Dependemos apenas do Plano de Classificação de Cargos que ainda está em estudos na Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à criação dos Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia, já elaboramos o anteprojeto de lei, restando apenas o pronunciamento do Ministério do Trabalho para ser encaminhado ao Congresso.

Os cursos que realizamos despertaram o mais vivo interesse e assim pudemos dar continuidade à missão de pugnar sempre pelo aperfeiçoamento do profissional de arquivos, cumprindo com fidelidade os princípios regimentais da AAB.

Técnicos estrangeiros aqui vieram e nos deixaram experiências valiosas de países que há mais tempo se dedicam às lides arquivísticas.

As universidades continuam a formar arquivistas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro já se prepara para implantar o ensino profissionalizante com cursos para formação de técnicos de arquivo. Conseguimos, ainda, motivar o Conselho Estadual de Educação que, por intermédio da Câmara de Ensino de 2º Grau, concordou com a inclusão nos programas dos colégios oficiais da habilitação de técnico de arquivo.

Assim, breve os arquivos poderão ter em seus quadros de pessoal dirigentes formados com auxiliares aptos à execução das tarefas arquivísticas, luta árdua que a AAB trava desde a sua criação em 20 de outubro de 1971.

Essa foi a missão que recebemos, demos continuidade e entregaremos a nossos sucessores que, este ano, terão também a alegria dos festejos do primeiro decênio da AAB.

Dez longos e trabalhosos anos já se passaram. Felizmente sentimos que problemas que antes pareciam um sonho tornaram-se realidade, graças aos esforços conjuntos de todo um grupo coeso de idealistas que vem aumentando dia a dia.

Com essa mensagem esperamos que em todo o Brasil, de Norte a Sul, onde houver um arquivo e um profissional entusiasmado e dedicado, em 1981 se prepare uma programação comemorativa e ponha nela todo amor e incentivo.

Vamos portanto festejar, e aqui vão sugestões como seminários, reuniões, exposições de documentos, programas de rádio e TV ou cartazes alusivos à data.

Para 1982 já está programado o 5º CBA, na semana de 17 a 22 de outubro. O tema geral escolhido enfoca "Os Arquivos na realidade brasileira".

Finalizando, agradecemos a todos os membros da diretoria. Ao vice-presidente, às primeira e segunda secretárias, Maria Amélia Gomes Leite e Maria de Fátima Vieira Lopes, sempre atentas aos seus trabalhos; às primeira e segunda tesoureiras, Norma Viegas de Barros e Aurora Ferraz Frazão, que acompanhadas do contador, Almir Machado, mantiveram em dia os trabalhos financeiros; ao Conselho Deliberativo sob a presidência do prof. José Pedro Esposel e ao Conselho Fiscal; ao pessoal da Secretaria, Laura de Oliveira Guedes e Laerte da Costa Moraes, comandados por Clotilde Marques; a Maria de Lourdes da Costa e Souza que, com sua experiência, orientou os trabalhos técnicos junto às instituições que nos procuraram; ao grupo que produz a revista sob o comando de Marilena Leite Paes; à amiga conselheira Helena Corrêa Machado que com serenidade sempre nos atende nas horas difíceis; aos responsáveis pelos Núcleos que, em seus Estados, divulgam as lides da AAB; ao Arquivo Nacional e à Fundação Getúlio Vargas que nos atendem e acolhem em suas dependências. Muitos são os amigos. A todos o nosso abraço.

A nova diretoria que chega sob o comando da arquivista Lia Temporal Malcher, os nossos votos de felicidade, sucesso em seus trabalhos e a promessa de estarmos presentes em todas as ocasiões em que formos convocados, dando muito da experiência adquirida nos dois anos em que dirigimos a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Regina Alves Vieira

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de Espanha Santos
Maria Luíza S. Dannemann

Redatora-Chefe

Marilena Leite Paes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Editores

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivre S/C Composições Gráficas

Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.

Editorial 1

Estudos

Proposta de classificação de
arquivos curiais 3

CPDOC — Fontes primárias
condicionam formato
institucional 4

Resenha bibliográfica

Bibliografia da história da
Igreja no Brasil, referente às
obras editadas em 1978 8

Entrevista

Homenagem a Almirante 9

Desburocratização

Os caminhos da desburocratização 11

Várias

Curso de graduação
em arquivologia da
Universidade Federal Fluminense 12
Ajuda externa 15

Conselho Internacional
de Arquivos 16

Informe 18

Relatório e prestação de contas
da AAB 34

Crônica

O espaço profissional do
arquivista 40

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1979-81

Presidente

Regina Alves Vieira

Vice-Presidente

Rômulo Brügger Roland

1º Secretário

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário

Maria de Fátima Vieira Lopes

1º Tesoureiro

Norma Viegas de Barros

2º Tesoureiro

Aurora Ferraz Frazão

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

José Pedro Pinto Esposel

Maria Luíza S. Dannemann

Marilena Leite Paes

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos

Jaime Antunes da Silva

Janine Resnikoff Diamante

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz

Fernando Salinas

Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira

de Almeida

Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Preços de assinaturas
Sócios da AAB distribuição gratuita
Não-Sócios Cr\$ 120,00
Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 50,00

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Nous desirons échange
We are interest in exchange

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.
1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 1	p. 1-40	jan./abr. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

36. — Padre Theodoro Amstad. In: *Anais do 2º Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no RS*, realizado em São Leopoldo, 1976, p. 239-58.
37. NOGUEIRA, José Carlos Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos*. 2.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
38. PEREIRA, Luiz C. Bresser. A revolução política na igreja. In: — *As revoluções utópicas*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 9-80.
39. RABUSKE, Arthur, pe, SJ. Nova fisionomia da igreja no Rio Grande do Sul, a partir de 1850. *Renovação*, Porto Alegre, CNBB Regional Sul III, nov. 1978. p. 15-20.
40. ROLIM, Francisco Cartaxo. *Congregação das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores*; pesquisa sócio-religiosa. Rio de Janeiro, s.ed., 1978. 117p. mimeogr.
41. SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico Meridional*; com enfoque nas capitanias do Sul, 1530-1680. s.l., Ed. Pioneira/INL, 1978. 395p.
42. SANTOS, João. D. *Frederico Costa, 1º prelado de Santarém (PA)*. Belém, Grafisa, 1978. 129p.
43. SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978. (Brasiliiana).
44. SILVEIRA, Ênio et alii. Alceu Amoroso Lima: 85 anos. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 6:202-320, dez. 1978.
45. SIQUEIRA, Sônia A. de. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo, Ática, 1978. 400p. (Ensaio, 56).
46. SOUZA, José Coelho de, pe, SJ. *O sangue pela justiça. Pe João Bosco Penido Burnier, SJ*. São Paulo, Loyola, 1978. 247p.
47. VEIGA, Eugênio de Andrade, mons. *Os párcos no Brasil no período colonial (1500-1822)*. Salvador, Universidade Católica de Salvador, 1978. (Cardeal Brandão Vilela).
48. VEIGA, Gláucio. A biblioteca dos oratorianos. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1:51-65, 1978.
49. VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.
50. WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil: 1950-1964, 1964-75. *Religião e Sociedade*, 5:93-107, out. 1978.
51. WILLEKE, Venâncio, frei, OFM. *Missões franciscanas no Brasil*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1978. 199p.
52. — O noviciado franciscano de Igarauçu. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1:117-51, 1978.

ENTREVISTA



Homenagem a Almirante

A equipe editorial de Arquivo & Administração, que teve em Almirante um de seus primeiros entrevistados, abre espaço para prestar-lhe uma respeitosa homenagem, republicando matéria que serviu de introdução à entrevista que nos foi concedida em 1973 por essa figura maior da música popular brasileira e grande responsável pela preservação de nossa memória musical que, no final de 1980, nos deixou para se consagrar na imortalidade.

Em 1927, o Rio vivia momentos de grande euforia, com a chegada do hidroavião Jaú, que atravessou o Atlântico, deixando os europeus estupefatos diante de tal façanha. Quando a aeronave chegou houve até desfile militar em homenagem a seu piloto Ribeiro de Barros.

Nessa época, um jovem moreno, esbelto, nascido no subúrbio carioca de Engenho Novo, chamado Henrique Foréis Domingues, ordenança do Comandante da Corpora-

ção de Tiro Naval, participava com entusiasmo da parada. Foréis vinha ao lado do Comandante no carro que abria o cortejo na Avenida e o povo empolgado, não se cansava em perguntar aos guardas dos cordões de isolamento:

— Quem é aquele?

— É o Comandante.

— E o outro que vai com ele?

— Ah... é o Almirante — diziam os guardas para se livrarem das perguntas.

Daí em diante, o jovem Henrique Foréis Domingues praticamente perdeu seu nome de batismo, pois todos até hoje só o chamam pelo apelido de Almirante. Dois anos depois teria início o Arquivo Almirante, atualmente, o mais completo em nosso país sobre música popular brasileira.

Primeiros Passos

Em 1929, Almirante, com 21 anos de idade, já fazia grande sucesso nas rodas de samba, cantando música popular brasileira autêntica. Foi ele quem gravou o primeiro samba feito por Noel Rosa. *Eu vou pra Vila* (1931). Participou do conjunto regional chamado Bando de Tangarás, composto por João de Barros, Alvinho, Henrique Brito, Noel Rosa e ele próprio.

Além de cantor, Almirante também compunha. Hoje, músicas de sua autoria como *Na Pavuna* e outras de enorme sucesso nos carnavais antigos ainda são lembradas pelo público com muito entusiasmo. Fez, inclusive, vários programas na Rádio Nacional, criando o célebre *Incrível, Fantástico, Extraordinário, Curiosidades Musicais*, o primeiro programa montado, *Recolhendo Folclore e Caixa de Perguntas* que serviu de inspiração para programas de perguntas e respostas da televisão.

O gosto pela música despertou logo no rapaz o desejo de preservar as nossas canções. Passou, então, a reunir o seu acervo a partir

de 1929, depois de procurar na Biblioteca Nacional e na Escola de Música e não encontrar nada de música organizado, ou até mesmo nada sobre música nas bibliotecas do interior. Isso parece ter aguçado ainda mais o ânimo de Almirante, sempre confiante no valor artístico e cultural de nossa música.

Comprava livros de modinhas, partituras musicais, pedia canções de seus amigos e através de *Recolhendo Folclore* solicitava aos ouvintes que lhe mandassem músicas, rótulos de cachaça e mil e uma coisas, ligadas ao acervo artístico brasileiro. Ele ia guardando tudo em sua casa. Só há 10 anos as fábricas e gravadoras começaram a enviar músicas para seu acervo.

Por volta de 1960, já possuía um respeitável arquivo, que num duplex da Tijuca, pôde reunir e coletar todo o material. Quando alguém tinha dúvida sobre a autoria de determinada música, o ano em que ela fora composta ou mesmo quem teria sido o parceiro de tal canção, Almirante era chamado para dar sua opinião, não só por conhecer demais o assunto, como por ter provas concretas de tudo que dissesse respeito à mpb.

Exótico Salão

Numa quarta-feira de 29 de maio de 1963, o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, amigo e ex-companheiro de rádio de Almirante, visitou na Tijuca o então já famoso Arquivo Almirante. Em conversa com seu criador, dissera que o acervo do Arquivo merecia pertencer ao Estado. Após longos entendimentos, Almirante acabou cedendo.

Em 1965, dentro das festividades do IV Centenário do Rio de Janeiro, inaugurava-se oficialmente o Museu da Imagem e do Som (MIS) com uma exposição do Arquivo Almirante em suas dependências. Por falta de espaço no prédio, o Arquivo ficou por mais de um ano atirado no chão de uma carpinta-

ria, num prédio onde antes funcionou o necrotério do 3.º Distrito Policial, na Praça XV. Durante um ano o arquivo ficou parado. E é o mesmo Almirante, que escreve numa de suas crônicas no jornal *O Dia*: "Para embelezar o exótico salão onde se instalou o necrotério da polícia, exibem-se nas paredes fotografias dos principais elementos da mpb".

A Mostra da Verdade

Dentre as diversas discussões musicais destaca-se as ocorridas por causa da música *Pelo telefone*.

Segundo os arquivos do Almirante, essa música, "a grosso modo", é de autoria de Donga (música) e Mauro de Almeida (letra). O primeiro verso, porém, não pertence a nenhum dos dois, conforme depoimento do próprio Donga. Fora dado a ele em casa de Tia Ciata, local de encontro dos grandes mestres da música brasileira da primeira década de nosso século, por um certo Didi da Gracinda. Transcrevemos a música original e mostramos porque foi alterada ao ser gravada em 1917. Era a seguinte a primeira parte da letra:

*O chefe de polícia
Pelo telefone
Mandou-me avisar
Que na carioca
Tem uma roleta
Para se jogar.*

Esta letra teria sido modificada para não se criar um caso com a polícia, aparecendo nos discos assim:

*O chefe da folia
Pelo telefone
Mandou-me avisar
Que com alegria
Não se questione
Para se brincar.*

A história dessa composição é bastante curiosa, refletindo crítica ao chefe de Polícia da época, Aurelino Leal. Este dera uma ordem,

pelo telefone, para que fossem fechadas as casas de jogo do Rio. Mas o jornal *A Noite*, na tentativa de desmoralizá-lo, a fim de provar que a ordem era impraticável e que de nada adiantaria, colocou várias roletas de papelão em pleno dia, no Largo da Carioca, em frente a sua redação e mandou que os jornalistas Castelar de Carvalho e Eustáquio Alves fizessem uma reportagem sobre o assunto.

Mas *Pelo telefone* teve muitas outras versões, algumas até impúblicáveis. Ela corria pela boca do povo, tomando as mais variadas versões. Chegou até servir de anúncio comercial:

*O chefe da folia
Mandou-me dizer
Que há em toda parte
Cerveja Fidalga
Para se vender*

Centro de Pesquisa

Foram muitos os casos levantados como este. Outro exemplo é o da origem da canção de aniversá-

rio *Parabéns pra você*. Há quem diga que se trata de tradução da música americana *Happy birthday to you*.

Almirante melhor do que ninguém para explicar e ele adora esses tipos de debates.

"Há muitos anos atrás, os frequentadores do Cassino da Urca deturpavam a canção americana, *Happy birthday to you*, por ignorarem a língua inglesa. Resolvi, então, promover um concurso pelo rádio para escolher uma letra em português para aquela melodia. Depois de ouvir uma série de músicas, a escolhida foi a que se ouve atualmente nas festinhas infantis:

*Parabéns pra você
nesta data querida
muitas felicidades
muitos anos de vida.*

A vencedora coube à ovinete de Pindamonhangaba (SP).

O Arquivo, agora pertencente ao Museu da Imagem e do Som, possui partituras até de meados do século passado e contém documen-

tos valiosíssimos, não só da mpb, mas também de teatro e folclore.

Acha-se dividido em fichários de músicas, compositores e cantores, guardando manuscritos e objetos da nossa música. Seu acervo sempre esteve à disposição de todos os estudiosos. Foi através dele que Vasco Mariz conseguiu dados para escrever a parte de música popular de sua célebre obra *A canção brasileira*. Jaci Pacheco, primo e biógrafo de Noel Rosa, também utilizou para escrever *O poeta da Vila e Noel Rosa e sua época*.

Assim como estes, muitas pessoas se servem do Arquivo para consulta quando precisam falar sobre o cancionário brasileiro, que abrange tudo sobre música, desde Chiquinha Gonzaga até as grandes figuras do momento.

O Arquivo Almirante continua sendo o grande centro de pesquisa da música brasileira. "Nenhum compositor popular brasileiro poderá hoje contar rigorosamente a sua própria vida sem recorrer aos arquivos de Almirante", disse Edgar de Alencar.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Os Caminhos da Desburocratização

• Assinado, em Brasília, o Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, que facilita a transferência para os Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal das respectivas cotas-partes dos tributos compartilhados entre a Administração Federal e essas unidades da Federação.

Segundo o Presidente Figueiredo, embora a medida não seja a solução definitiva para o problema da escassez de recursos municipais e do enfraquecimento da Federação é, porém, o primeiro passo em direção à superação das dificuldades atuais. O Ministro Hélio Beltrão considerou a medida como uma das mais importantes no âmbito do Programa Nacional de Desburocratização.

São os seguintes os tributos aos quais estão sendo aplicados, já a partir de janeiro de 1981, os termos do Decreto-Lei nº 1.805: Fundo Rodoviário Nacional, Taxa Rodoviária Única, Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, Imposto Único sobre Energia Elétrica e Imposto Único sobre Minerais.

Em seu discurso, o Ministro Beltrão resumiu as quatro alterações fundamentais introduzidas pela nova legislação:

"1. A entrega de recursos devidos aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios passa a ser feita automaticamente, pelo Banco do Brasil, à medida que forem sendo arrecadados. Ficam, dessa forma, eliminados os riscos de atraso e conseqüentemente a erosão inflacionária. Os recursos serão imediata-

mente creditados e livremente movimentados pelos governos interessados.

2. Suprime-se integralmente a exigência de apresentação de planos de aplicação, programas de trabalho e outras modalidades de controle hoje exercidas pela administração federal sobre a destinação, liberação e aplicação dos recursos transferidos. Por estarem expressamente mencionados na Constituição, permanecem apenas os mecanismos de liberação dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, que já foram, de resto, objeto de substancial simplificação e automatização.

3. Reconhece-se expressamente a competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios para aplicar os recursos recebidos, desde que observada a destinação prevista na legislação pertinente, atendidas as peculiaridades locais e